



CarlosVieira 09.09.01

“HOUE UM LAMENTÁVEL ESQUEMA DE PROTEÇÃO MÚTUA”

senador Pedro Simon (PMDB-RS)

SENADO *federal*

Governo e oposição fazem acordo no Senado para engavetar comissão de inquérito que investigaria políticos do PSDB em troca do esquecimento de pedido de apuração sobre denúncias de corrupção em prefeitura do PT

CPIs para debaixo do tapete

Jefferson Rudy



MERCADANTE (E) E VIRGÍLIO (DE COSTAS), COM TASSO E PAUDERNEY NO PLENÁRIO: NEGOCIAÇÃO PARA SÓ TRATAR DE REFORMAS

RUODOLFO LAGO E RODRIGO RANGEL
 DA EQUIPE DO CORREIO

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), já tinha redigido o pedido de três Comissões Parlamentares de Inquérito cujas investigações teriam como alvo o governo Luiz Inácio Lula da Silva ou o PT e seus aliados. Para a primeira, uma CPI destinada a investigar as denúncias de esquema de pagamento de propina na prefeitura petista de Santo André, chegou a recolher assinaturas no PSDB e no PFL. As outras duas pretendiam uma investigação sobre a composição das tarifas de ônibus no município de São Paulo e sobre as motivações políticas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). “Não vou mais apresentar nenhuma delas, porque houve um acordo”, diz claramente Virgílio. O líder do PSDB não poderia ser mais explícito: ele se referia ao acerto feito ontem no Senado para arquivar a CPI que investigaria o esquema de remessa ilegal de dólares para o exterior por meio do Banco do Estado do Paraná (Banestado).

O documento pelo adiamento de uma possível CPI e de apoio às investigações do governo, resul-

tado do acordo mencionado por Virgílio, está assinado por todas as lideranças da Casa. Na nota, os senadores dizem que, “diante do compromisso do governo de aprofundar e concluir, de forma rigorosa, as investigações”, postergam a instalação de CPI.

A suspeita que se investigaria é de que, dentro do esquema no Banestado, está a *Conta Tucano*. Essa conta teria recebido dinheiro desviado durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Em recente depoimento na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, o delegado responsável pelo inquérito na Polícia Federal, José Francisco de Castilho Neto, admitiu que a irregularidade envolvia políticos. “Houve um lamentável esquema de proteção mútua”, acusa o senador Pedro Simon (PMDB-RS). “Eu fico machucado de assistir a isso. O PT foi eleito sob o símbolo da ética. O patrimônio da ética é uma coisa que, uma vez perdido, não se recupera jamais.”

Embora reconheça que preparava as CPIs contra o PT e o governo, Arthur Virgílio garante que o acordo não foi uma troca da anulação de uma investigação pela outra. “Não é isso. Foi, sim, um acordo tácito de todos os líderes no sentido de optar

por uma agenda positiva para o Senado, uma agenda que privilegiasse a votação das reformas constitucionais, e não essas investigações.”

“Todas as lideranças mostraram confiança nas investigações do governo”, disse o líder governista no Senado, Aloizio Mercadante (PT). De acordo com Mercadante, o fato de o Senado não participar da apuração não significa que o caso não será investigado. “O governo, particularmente, não tinha nada a opor quanto a essa investigação, até porque nem o governo nem o PT seriam alvos dela”, afirmou. “Temos uma pauta econômica extremamente exigente e a prioridade deveria ser a análise das reformas.”

Apesar das negativas de Virgílio e dos argumentos de Mercadante no sentido de que todos os líderes participaram do acordo, muitos senadores concordaram que o acerto livrou tanto o governo anterior como o atual de investigações incômodas no Congresso. “É inegável que uma CPI levava à outra”, avaliou o líder do PFL no Senado, José Agripino (RN). Há duas semanas, o próprio Virgílio relacionou as duas apurações numa discussão na Comissão de Fiscalização e Controle com a senadora Ideli Salvati (PT-SC). Ideli cobrava sua assinatura na CPI das remessas ilegais. “Assino, desde que a senhora assine a CPI de Santo André”, respondeu Virgílio.

“O PT agiu como coveiro da ética”, acusa o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MS), autor do pedido de CPI para investigar o esquema ilegal de remessa de dólares. “São seis vezes os recursos da Previdência Social. Noventa carretas de dinheiro. US\$ 30 milhões de dólares. Como alguém pode dizer que isso não é assunto que mereça apuração do Congresso?”, indaga Paes de Barros.

MEMÓRIA

Um delegado e 300 picaretas

DA REDAÇÃO

Convidados no último dia 21 pela Comissão de Fiscalização e Controle do Senado a falar sobre as investigações da Polícia Federal sobre o caso Banestado, o delegado José Castilho Neto e o perito criminal Renato Barbosa deixaram os parlamentares chocados ao dizer que a PF já tinha uma lista de 300 grandes empresários e políticos que receberam dinheiro na agência do banco paranaense em Nova York.

O meio utilizado para a remessa do dinheiro, segundo os policiais, foi o esquema de lavagem de dinheiro montado em Foz do Iguaçu (PR), com o emprego de laranjas e contas CC-5, para residentes no exterior. Castilho defendeu a instalação da CPI do Banestado e acusou seus superiores na PF de estarem dificultando as investigações em Nova York.

O perito Barbosa disse que tinha 30 bilhões de motivos para recomendar aos senadores a abertura da CPI, referindo-se aos US\$ 30 bilhões remetidos para o exterior pelas contas CC-5 abertas em Foz do Iguaçu.

A divulgação por jornais e revistas da existência de uma conta denominada Tucano em banco americano e alimentada pelo esquema do Banestado criou a expectativa de que a instalação da CPI poderia atingir principalmente políticos do PSDB.

Curiosamente, depois do depoimento de Castilho, a senadora Idely Salvati (PT-SC), autora do requerimento da CPI do Banestado, defendeu o adiamento da instalação da comissão, alegando que era mais produtivo dar apoio às investigações da PF e do Ministério Público. O senador tucano Antero Paes de Barros (MT) reagiu com a promessa de apresentar outro requerimento de CPI e colher as 27 assinaturas de senadores necessárias para a instalação da comissão.



CPI
 CPI
 CPI